

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	21
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
Notas Explicativas	26

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	77
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	80

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	22/04/2019	Dividendo	22/07/2019	Ordinária		0,23200
Assembléia Geral Ordinária	22/04/2019	Dividendo	22/07/2019	Preferencial		0,25520

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.375.375	1.258.410
1.01	Ativo Circulante	504.780	400.933
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	321.786	216.626
1.01.03	Contas a Receber	47.148	50.793
1.01.03.01	Clientes	33.769	34.262
1.01.03.01.01	Revendedores	33.769	34.262
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.379	16.531
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	4.845	3.174
1.01.03.02.02	Ativo Financeiro Indenizável	8.534	13.357
1.01.04	Estoques	1.917	1.930
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.437	2.313
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.437	2.313
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.334	1.496
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	127.158	127.775
1.01.08.03	Outros	127.158	127.775
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.154	1.610
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.848	13.700
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	16.727	16.129
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	90.823	85.337
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	11.606	10.999
1.02	Ativo Não Circulante	870.595	857.477
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	698.505	690.163
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	698.505	690.163
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	14.083	12.247
1.02.01.10.04	Arrendamento UTE Piratininga	321.452	328.676
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	78.595	62.419
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Sabesp	89.001	91.447
1.02.02	Investimentos	96.817	94.357
1.02.03	Imobilizado	72.423	70.495
1.02.04	Intangível	2.850	2.462
1.02.04.01	Intangíveis	2.850	2.462

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.375.375	1.258.410
2.01	Passivo Circulante	112.148	129.976
2.01.02	Fornecedores	5.883	6.507
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.883	6.507
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.699	6.128
2.01.05	Outras Obrigações	100.566	117.341
2.01.05.02	Outros	100.566	117.341
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	181	27.915
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	16.003	15.668
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	7.150	5.195
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	185	182
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	20.275	11.956
2.01.05.02.08	Outras obrigações - GAG Melhoria	32.110	34.503
2.01.05.02.09	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.10	Cauções e Depósitos Vinculados	11.029	10.638
2.01.05.02.11	Outros passivos	11.832	9.483
2.02	Passivo Não Circulante	344.344	259.579
2.02.02	Outras Obrigações	269.768	168.195
2.02.02.02	Outros	269.768	168.195
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	116.186	119.699
2.02.02.02.05	Obrigações Especiais - RGR	11.251	12.601
2.02.02.02.06	Outras obrigações - GAG Melhoria	141.562	35.126
2.02.03	Tributos Diferidos	16.219	33.323
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.219	33.323
2.02.04	Provisões	58.357	58.061
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	58.357	58.061
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	378	312
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.494	30.125
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	28.485	27.624
2.03	Patrimônio Líquido	918.883	868.855
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	244.171	244.171
2.03.04.01	Reserva Legal	16.328	16.328
2.03.04.02	Reserva Estatutária	84.892	84.892
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	55.598	55.598
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	15.022	15.022
2.03.04.10	Recompra de Outorga	72.331	72.331
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	50.028	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-47.857	-47.857

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	101.817	298.895	62.992	151.580
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-97.016	-304.881	-54.083	-157.441
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-97.016	-304.881	-54.083	-157.441
3.03	Resultado Bruto	4.801	-5.986	8.909	-5.861
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.667	13.496	-16.434	-8.441
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	50	622	392	642
3.04.04.01	Ganho (perda) na Alienação de Bens e Direitos	0	501	392	394
3.04.04.02	Convênio Banco do Brasil	48	121	0	248
3.04.04.03	Outras	2	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1.107	-20.769	-20.769
3.04.05.01	Doações	0	-60	0	0
3.04.05.02	Outras	0	-1.047	-1.038	-1.038
3.04.05.03	Obsolescência - Edgard de Souza	0	0	-19.731	-19.731
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.617	13.981	3.943	11.686
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.468	7.510	-7.525	-14.302
3.06	Resultado Financeiro	14.040	64.916	26.786	76.377
3.06.01	Receitas Financeiras	14.680	66.202	27.163	81.023
3.06.01.01	Receitas Financeiras	10.396	30.114	9.339	27.990
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	4.284	36.088	17.824	53.033
3.06.02	Despesas Financeiras	-640	-1.286	-377	-4.646
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-640	-1.286	-377	-4.646
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.508	72.426	19.261	62.075
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.360	-22.398	-12.979	-23.488
3.08.01	Corrente	-10.526	-39.501	-6.823	-18.449
3.08.02	Diferido	3.166	17.103	-6.156	-5.039
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.148	50.028	6.282	38.587
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	16.148	50.028	6.282	38.587
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,45346	1,40488	0,17639	1,08359
3.99.01.02	ON	0,41224	1,27717	0,16036	0,98508
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,45346	1,40488	0,17639	1,08359
3.99.02.02	ON	0,41224	1,27717	0,16036	0,98508

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	16.148	50.028	6.282	38.587
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.148	50.028	6.282	38.587

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	103.224	19.580
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	86.039	43.598
6.01.01.01	Lucro líquido do período	50.028	38.587
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-13.981	-11.686
6.01.01.03	Depreciação/amortização	1.209	1.035
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	9.638	8.511
6.01.01.05	Ganho na alienação de bens e direitos	0	-393
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	121
6.01.01.07	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	3.114	10.311
6.01.01.08	Tributos diferidos	-17.104	5.038
6.01.01.09	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-45.203	-64.381
6.01.01.10	Obsolescência dos bens - Edgard de Souza	0	19.731
6.01.01.11	Atualização depósitos vinculados	-23	3.916
6.01.01.12	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-8.096	-9.219
6.01.01.13	Provisão GAG Melhorias	106.436	42.027
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	54.496	-6.631
6.01.02.01	Revendedores e consumidores	493	-18.410
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	456	-4.836
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	37.187	16.946
6.01.02.04	Serviços - Canal Pinheiros	-1.671	-198
6.01.02.05	Estoques	13	-82
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-2.838	-1.821
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	-2.029	-485
6.01.02.08	Sabesp	9.944	9.529
6.01.02.09	Outros créditos	2.992	-606
6.01.02.10	Fornecedores	-624	-2.875
6.01.02.11	Folha de pagamento	-2.432	-724
6.01.02.12	Obrigações estimadas - folha de pagamento	2.767	1.285
6.01.02.13	Contribuições para plano de previdência	-4.832	-2.113
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-429	1.735
6.01.02.15	Taxas regulamentares	1.955	-845
6.01.02.16	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-2.818	-4.063
6.01.02.17	Encargos de uso da rede elétrica	3	-3
6.01.02.18	Obrigações especiais - RGR	-1.350	-1.350
6.01.02.19	Outros	2.349	2.285
6.01.02.20	Dividendos recebidos	15.360	0
6.01.03	Outros	-37.311	-17.387
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-37.311	-17.387
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	29.670	33.895
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.493	-77
6.02.02	Ativos indenizáveis	-13.746	-8.876
6.02.03	Aquisição de intangível	-32	-442
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	46.941	43.207
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	0	393
6.02.06	Integralização de capital em controlada	0	-310

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.734	0
6.03.01	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-27.734	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	105.160	53.475
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	216.626	119.879
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	321.786	173.354

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	244.171	0	-47.857	868.855
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	244.171	0	-47.857	868.855
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.028	0	50.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.028	0	50.028
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	244.171	50.028	-47.857	918.883

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	172.211	0	-24.877	819.875
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	172.211	0	-24.877	819.875
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.587	0	38.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.587	0	38.587
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	172.211	38.587	-24.877	858.462

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	339.592	154.966
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	319.985	165.442
7.01.02	Outras Receitas	-425	-20.127
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	20.053	9.772
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21	-121
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-198.709	-67.351
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-198.709	-67.351
7.03	Valor Adicionado Bruto	140.883	87.615
7.04	Retenções	-1.209	-1.035
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.209	-1.035
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	139.674	86.580
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	80.183	92.709
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	13.981	11.686
7.06.02	Receitas Financeiras	30.114	27.990
7.06.03	Outros	36.088	53.033
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	36.088	53.033
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	219.857	179.289
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	219.857	179.289
7.08.01	Pessoal	74.728	65.859
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.740	54.291
7.08.01.02	Benefícios	9.638	8.526
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.350	3.042
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	92.336	69.424
7.08.02.01	Federais	81.059	57.785
7.08.02.03	Municipais	11.277	11.639
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.765	5.419
7.08.03.01	Juros	1.286	4.646
7.08.03.02	Aluguéis	1.479	773
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.028	38.587
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.028	38.587

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.450.766	1.338.612
1.01	Ativo Circulante	522.335	417.979
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	334.570	232.433
1.01.03	Contas a Receber	51.138	55.033
1.01.03.01	Clientes	37.759	38.502
1.01.03.01.01	Revendedores	37.759	38.502
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.379	16.531
1.01.03.02.01	Serviços - Canal Pinheiros	4.845	3.174
1.01.03.02.02	Ativo Financeiro Indenizável	8.534	13.357
1.01.04	Estoques	1.917	1.930
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.516	2.313
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.516	2.313
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.430	1.577
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	127.764	124.693
1.01.08.03	Outros	127.764	124.693
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	1.154	1.641
1.01.08.03.02	Outros Créditos	7.454	10.587
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	16.727	16.129
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	90.823	85.337
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	11.606	10.999
1.02	Ativo Não Circulante	928.431	920.633
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	701.738	693.794
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	701.738	693.794
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	17.316	15.597
1.02.01.10.04	Arrendamento UTE Piratininga	321.452	328.676
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	78.595	62.419
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	GSF	0	281
1.02.01.10.08	Ativo Financeiro - Sabesp	89.001	91.447
1.02.02	Investimentos	1.390	1.390
1.02.03	Imobilizado	222.086	222.987
1.02.04	Intangível	3.217	2.462
1.02.04.01	Intangíveis	3.217	2.462

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.450.766	1.338.612
2.01	Passivo Circulante	118.259	137.179
2.01.02	Fornecedores	6.119	6.763
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.119	6.763
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.892	6.309
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.601	6.744
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.601	6.744
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.601	6.744
2.01.05	Outras Obrigações	100.647	117.363
2.01.05.02	Outros	100.647	117.363
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	181	27.915
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	16.003	15.668
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	7.156	5.200
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	185	199
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	20.275	11.956
2.01.05.02.08	Outras obrigações - GAG Melhoria	32.110	34.503
2.01.05.02.09	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.10	Cauções e Depósitos Vinculados	11.029	10.638
2.01.05.02.11	Outros Passivos	11.907	9.483
2.02	Passivo Não Circulante	413.624	332.578
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	69.280	72.999
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	69.280	72.999
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	69.280	72.999
2.02.02	Outras Obrigações	269.768	168.195
2.02.02.02	Outros	269.768	168.195
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	769	769
2.02.02.02.04	Outras obrigações - GAG Melhoria	141.562	35.126
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	116.186	119.699
2.02.02.02.06	Obrigações Especiais - RGR	11.251	12.601
2.02.03	Tributos Diferidos	16.219	33.323
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.219	33.323
2.02.04	Provisões	58.357	58.061
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	58.357	58.061
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	378	312
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.494	30.125
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	28.485	27.624
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	918.883	868.855
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	244.171	244.171
2.03.04.01	Reserva Legal	16.328	16.328
2.03.04.02	Reserva Estatutária	84.892	84.892
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	55.598	55.598

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	15.022	15.022
2.03.04.10	Recompra de Outorga	72.331	72.331
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	50.028	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-47.857	-47.857

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	110.115	323.628	70.446	174.087
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-99.147	-310.995	-55.896	-162.990
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-99.147	-310.995	-55.896	-162.990
3.03	Resultado Bruto	10.968	12.633	14.550	11.097
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	50	-485	-20.377	-20.127
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	50	622	392	642
3.04.04.01	Ganho (perda) na Alienação de Bens e Direitos	0	501	392	394
3.04.04.02	Convênio Banco do Brasil	48	121	0	248
3.04.04.03	Outras	2	0	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1.107	-20.769	-20.769
3.04.05.01	Doações	0	-60	0	0
3.04.05.02	Outras	0	-1.047	-1.038	-1.038
3.04.05.03	Obsolescência - Edgard de Souza	0	0	-19.731	-19.731
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.018	12.148	-5.827	-9.030
3.06	Resultado Financeiro	12.874	61.586	25.478	72.237
3.06.01	Receitas Financeiras	14.978	67.569	27.562	82.088
3.06.01.01	Receitas Financeiras	10.694	31.481	9.738	29.055
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas	4.284	36.088	17.824	53.033
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.104	-5.983	-2.084	-9.851
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.104	-5.983	-2.084	-9.851
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.892	73.734	19.651	63.207
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.744	-23.706	-13.369	-24.620
3.08.01	Corrente	-10.910	-40.809	-7.213	-19.581
3.08.02	Diferido	3.166	17.103	-6.156	-5.039
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	16.148	50.028	6.282	38.587
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	16.148	50.028	6.282	38.587
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.148	50.028	6.282	38.587
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	PN	0,45346	1,40488	0,17639	1,08359
3.99.01.02	ON	0,41224	1,27717	0,16036	0,98508
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	PN	0,45346	1,40488	0,17639	1,08359
3.99.02.02	ON	0,41224	1,27717	0,16036	0,98508

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	16.148	50.028	6.282	38.587
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	16.148	50.028	6.282	38.587
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.148	50.028	6.282	38.587

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	105.878	34.844
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	107.767	63.481
6.01.01.01	Lucro líquido do período	50.028	38.587
6.01.01.02	Depreciação/amortização	4.262	4.027
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	9.638	8.511
6.01.01.04	Ganhos na alienação de bens e direitos	0	-393
6.01.01.05	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21	121
6.01.01.06	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	3.114	10.311
6.01.01.07	Tributos diferidos	-17.104	5.038
6.01.01.08	Juros sobre financiamentos	4.694	5.205
6.01.01.09	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-45.203	-64.381
6.01.01.10	Obsolescência dos bens - Edgard de Souza	0	19.731
6.01.01.11	Atualização depósitos vinculados	-23	3.916
6.01.01.12	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-8.096	-9.219
6.01.01.13	Provisão GAG Melhorias	106.436	42.027
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	36.636	-10.441
6.01.02.01	Revendedores e consumidores	743	-19.041
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	487	-4.835
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	38.322	17.893
6.01.02.04	Serviços - Canal Pinheiros	-1.671	-198
6.01.02.05	Estoques	13	-82
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-2.853	-1.797
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	-1.912	-491
6.01.02.08	Sabesp	9.944	9.529
6.01.02.09	Outros créditos	3.393	0
6.01.02.10	Fornecedores	-644	-2.813
6.01.02.11	Folha de pagamento	-2.432	-724
6.01.02.12	Obrigações estimadas - folha de pagamento	2.767	1.285
6.01.02.13	Contribuições para plano de previdência	-4.832	-2.113
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-417	1.727
6.01.02.15	Obrigações especiais - RGR	-1.350	-1.350
6.01.02.16	Taxas regulamentares	1.956	-844
6.01.02.17	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-2.818	-4.063
6.01.02.18	Encargos de uso da rede elétrica	-14	-2
6.01.02.19	Outros	2.424	2.369
6.01.02.20	Juros de financiamentos pagos	-4.470	-4.891
6.01.03	Outros	-38.525	-18.196
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-38.525	-18.196
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	29.079	33.733
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-4.083	-549
6.02.02	Ativos indenizáveis	-13.746	-8.876
6.02.03	Aquisição de intangível	-33	-442
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	46.941	43.207
6.02.05	Recebimento da venda de ativo imobilizado	0	393
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-32.820	-5.053

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.03.01	Financiamentos	-5.086	-5.053
6.03.02	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-27.734	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	102.137	63.524
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	232.433	136.214
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	334.570	199.738

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	244.171	0	-47.857	868.855	0	868.855
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	244.171	0	-47.857	868.855	0	868.855
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.028	0	50.028	0	50.028
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.028	0	50.028	0	50.028
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	244.171	50.028	-47.857	918.883	0	918.883

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	172.211	0	-24.877	819.875	0	819.875
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	172.211	0	-24.877	819.875	0	819.875
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.587	0	38.587	0	38.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.587	0	38.587	0	38.587
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	172.211	38.587	-24.877	858.462	0	858.462

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	365.936	178.935
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	345.739	188.883
7.01.02	Outras Receitas	-425	-20.127
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	20.643	10.300
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-21	-121
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-202.276	-70.363
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-202.276	-70.363
7.03	Valor Adicionado Bruto	163.660	108.572
7.04	Retenções	-4.262	-4.027
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.262	-4.027
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	159.398	104.545
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	67.569	82.088
7.06.02	Receitas Financeiras	31.481	29.055
7.06.03	Outros	36.088	53.033
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	36.088	53.033
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	226.967	186.633
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	226.967	186.633
7.08.01	Pessoal	74.728	65.859
7.08.01.01	Remuneração Direta	61.740	54.291
7.08.01.02	Benefícios	9.638	8.526
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.350	3.042
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	94.722	71.538
7.08.02.01	Federais	83.445	59.899
7.08.02.03	Municipais	11.277	11.639
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.489	10.649
7.08.03.01	Juros	5.983	9.851
7.08.03.02	Aluguéis	1.506	798
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.028	38.587
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.028	38.587

Comentário do Desempenho

Comparativo das principais variações dos resultados consolidados dos terceiros trimestres de 2019 e 2018.

. Receita Operacional Líquida - ROL

A Companhia apresentou durante o ano de 2019, Receita Operacional Líquida de R\$ 323,6 milhões, aumento de 85,9% em relação aos 174 milhões do ano de 2018. No trimestre a ROL foi de R\$ 110,1 milhões, aumento de 56,3% ante os R\$ 70,4 milhões de 2018.

O aumento nas Cotas de energia elétrica reflete o resultado da revisão tarifária ocorrida em junho de 2018 que adicionou na Receita Anual de Geração - RAG, recursos destinados à aplicação em melhorias das usinas cotistas (UHE Henry Borden e PCH's Rasgão e Porto Góes), denominados de Ativos de Geração - GAG Melhorias.

Contribuíram ainda para o aumento da ROL acumulada em 2019 o acréscimo de 8 milhões na receitas relativas à construção de ativos próprios e 1,3 milhão na receita de curto prazo. Porém, vale destacar a redução de 6,2 milhões ocorrida nas receitas de prestações de serviços em relação aos 23,2 milhões reconhecidos em 2018.

Em contrapartida ao ingresso dos recursos da GAG Melhorias, a EMAE acumula em seu passivo patrimonial montante de R\$ 173,7 milhões referente à obrigação de realizar investimentos em melhorias nas usinas cotistas.

Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais nos primeiros nove meses, findos em 30 de setembro de 2019, foram de R\$ 311,4 milhões, aumento de 70,1 % em relação aos R\$ 183,1 milhões de 2018.

Contribuíram para o aumento o acréscimo de R\$ 6,1 milhões nos gastos com Pessoal devido à contratação de 70 novos empregados; acréscimo de R\$ 9,5 milhões nos serviços de terceiros; acréscimo de R\$ 6,4 milhões nos gastos relacionados a Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos em razão do aumento da demanda de geração de energia elétrica por solicitação do Operador Nacional do Sistema –ONS; acréscimo de 16,2 milhões nos custos relativos aos encargos de uso da rede elétrica devido a entrada das Usinas elevatórias de Traição e Pedreira no regime de carga; e, acréscimo R\$ 105,8 milhões na Provisão de GAG Melhorias em razão do obrigação de investir os recursos auferidos nas usinas cotistas.

No trimestre de 2019, os Custos e Despesas Operacionais foram de R\$ 99 milhões, aumento de 29,9% em relação aos R\$ 76,2 milhões referentes ao trimestre de 2018. As principais rubricas que contribuíram para o aumento foram: acréscimo de R\$ 5,2 milhões nos serviços de terceiros; acréscimo de R\$ 1,3 milhões nos gastos relacionados a Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos; e, acréscimo R\$ 34,9 milhões na Provisão de GAG Melhorias.

As Provisões Operacionais, para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em 2019 foram de R\$ 3,1 milhões, redução de 69,8% ante os R\$ 10,3 milhões de 2018. No trimestre, em 2019 o montante foi de R\$ 0,6 milhão, redução de 17,3% em relação os 0,8 milhão do mesmo período de 2018.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro em 2019 foi de R\$ 61,5 milhões, 14,7% menor que os R\$ 72,2 milhões de 2018. Impactaram negativamente no resultado as reduções de 4,20% e 0,85% em relação aos 8,30% e 3,34% respectivamente, IGPM e IPCA de 2018.

Lucro Líquido

Como reflexo dos fatos comentados, a EMAE obteve Lucro Líquido de R\$ 50 milhões acumulados em 2019, aumento de 29,6% em relação aos R\$ 38,6 milhões de 2018.

No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 16,1 milhões, aumento de 157,05% ante os 6,3 milhões do mesmo período de 2018.

- **Análise Controlada Pirapora Energia S.A.**

A subsidiária integral Pirapora Energia S.A. apresentou em 30 de setembro de 2019 Lucro Líquido de R\$13,9 milhões, aumento de 19,6% ante os R\$11,6 milhões de 2018. No trimestre, o lucro líquido foi de R\$ 4,6 milhões, aumento de 17,1% em relação aos R\$ 3,9 milhões auferidos em 2018.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, e suas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção, a conservação e a operação e manutenção de sistemas de produção e comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A EMAE opera o sistema hidroenergético formado por estruturas hidráulicas localizadas no Alto Tietê e associadas à UHE Henry Borden, localizada no município de Cubatão, e duas pequenas usinas hidrelétricas, a UHE Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e a UHE Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória - MP 579, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que afetou todas as concessionárias de energia elétrica que possuíam contrato de concessão com término até 2017, celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração – RAG e submetida aos padrões de qualidade de serviço estabelecidos pela ANEEL.

A Receita Anual de Geração (RAG), calculada pela ANEEL através de fórmula definida no contrato de concessão, é reajustada anualmente e a cada 5 (cinco) anos é realizado o processo de revisão tarifária. A RAG é composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, além dos encargos e tributos, como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos e PIS e COFINS. Adicionalmente, os custos relativos à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH são cobrados pela ANEEL e ressarcidos pelas Distribuidoras na proporção de suas cotas.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.587, de 23 de julho de 2019, a ANEEL publicou e

Notas Explicativas



homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (Nota 25.3).

Além disso, os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE passaram a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência; a remuneração dos investimentos é disciplinada pela ANEEL, de forma a ser considerada nas tarifas.

Arrendamento Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”). O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura. Além do contrato de arrendamento da UTE Piratininga entre a EMAE e a Petrobras, foi firmado, na ocasião, um contrato de operação e manutenção das usinas Piratininga e Fernando Gasparian pela EMAE.

Como as tratativas para revisão do modelo de negócio vigente com a EMAE relativo ao arrendamento da UTE Piratininga, consolidadas no Termo de Transação Extrajudicial, o qual foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2017, não tiveram eficácia em razão do vencimento do prazo de validade do Termo, sem que fossem implantadas as condições operacionais e regulatórias, as quais se caracterizavam como suspensivas para eficácia do instrumento. Foi firmado em 3 de agosto de 2017, um novo contrato entre a EMAE e a Petrobras para prestação dos serviços de operação e manutenção das unidades da UTE Piratininga. Em 1 de agosto de 2018 foi assinado aditivo prorrogando o contrato pelo período de 12 meses. Em 3 de agosto de 2019 foi assinado um novo contrato pelo período de 12 meses.

As Unidades Geradoras 3 e 4 da UTE Piratininga estão em plena operação, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema (ONS) desde 7 de agosto de 2017, já sob o novo contrato de prestação dos serviços de operação e manutenção.

Expansão

A EMAE foi autorizada, por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010, a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar, minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se, para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Nesse contexto, celebrou em 28 de setembro de 2017 com a Gasen Holding S.A. (“Gasen”) contrato para desenvolvimento e construção de nova usina termelétrica na área de sua sede, junto a Usina Piratininga. O projeto, denominado Parque Térmico Pedreira, teve início em 2015 com a chamada pública que selecionou empresas interessadas em realizar a implantação e exploração de usinas termelétricas a gás natural em parceria com a Companhia. O complexo gerador de energia elétrica terá potência de até 2.000 MW e a EMAE será responsável pela disponibilização de ativos locais – terreno, conexão à rede de alta tensão e demais

Notas Explicativas



infraestruturas – e pelo licenciamento ambiental do empreendimento. A Gasen será responsável pelo desenvolvimento e implantação do projeto, assim como por sua viabilização financeira. Conforme previsto no Contrato, as partes concluíram o “*Due Diligence*” firmando assim, em 15 de março de 2018, Contrato de Constituição de Consórcio, visando futuramente, a formação de Sociedade de Propósito Específico para a operação da nova Usina.

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP”, da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE).

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a emissão da licença prévia pela CETESB, expedida pelo órgão no dia 25 de julho de 2019, habilitando a EMAE a participar dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME) nos próximos meses.

Controlada Pirapora Energia S.A. (“Pirapora” ou “Controlada”)

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24 de junho de 2008, estabeleceu o prazo de vigência da autorização em 30 anos, contados da data de sua publicação. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 6 de dezembro de 2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora. De acordo com essa autorização, ao final do prazo de vigência da mesma, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União, mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nº.s 4.951, de 30 de dezembro de 2014, e 4.955, de 31 de dezembro de 2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

A energia gerada pela Pirapora é comercializada através de contratos de venda de energia no ambiente regulado correspondentes a 16 MW médios. Em 01 de janeiro de 2015 tiveram início os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30 de julho de 2010. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a permissão termine antes do término do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, o artigo 7º, da Lei nº 12.111/2009, estabelece que o empreendimento de geração de energia elétrica, referido no par. 7º- A do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que vier a garantir em leilão o direito de firmar contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR terá prazo de autorização ou concessão prorrogado, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização.

Dessa forma, é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado.

Notas Explicativas



2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil – CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária, e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações financeiras trimestrais - ITR.

As informações relevantes próprias das ITR individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a emissão das ITR ocorreu na reunião da diretoria realizada em 25/10/2019. As Informações Trimestrais foram, em seguida, apreciadas pelo Comitê de Auditoria, Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterar as ITR.

2.2 Moeda funcional e base de apresentação

Estas ITR individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas ITR individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época, e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas ITR em relação às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 31/12/2018, divulgadas em 26/03/2019.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas, cujos valores reconhecidos são significativos nas informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 – Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 9 – Apuração do ativo financeiro indenizável;

Notas Explicativas



- Nota 10 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 12 – Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
- Nota 14 – Mensuração da obrigação de benefício definido com entidade de previdência a empregados;
- Nota 15 – Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 17 – Outras Obrigações – GAG Melhorias;
- Nota 24 - Instrumentos financeiros.

2.4 Base de mensuração

As ITR individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo líquido de benefício definido que é reconhecido pelo valor presente da obrigação do benefício definido deduzido do valor justo dos ativos do plano, conforme explicado na nota explicativa nº 15 das demonstrações contábeis de 31/12/2018, divulgada em 26/03/2019.

2.5 Demonstrações financeiras consolidadas

As ITR consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis são adotadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34. Informamos que o valor de R\$ 53.033, Variações Monetárias Líquidas apresentado no ITR 3º trimestre de 2018 na rubrica “ Remuneração de Capital de Terceiros” foi realocada para “ Valor Adicionado Recebido em Transferência”.

2.7 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia, coordenada pelo seu Diretor Presidente, realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Notas Explicativas



Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

2.8 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas ITR estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa n 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2018, com exceção do descrito na nota explicativa 2.9. Consequentemente, estas informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2018, divulgadas em 26/03/2019.

2.9 Novos pronunciamentos e interpretações

A) Novos pronunciamentos aplicados a partir de 1º de janeiro de 2019

a.1) CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O CPC 06 (R2) /IFRS 16 introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro por parte dos arrendadores não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Essa norma é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2019. Adoção antecipada foi permitida somente se houvesse sido aplicado o CPC 47 antes do CPC 06 (R2).

Durante o exercício de 2018, a Administração da Companhia realizou análise de todos os contratos em andamento que envolve a utilização de máquinas e equipamentos nas prestações e serviços concluindo que:

- Todos os bens (máquinas e equipamentos) de terceiros utilizados para as prestações dos serviços contratados são exclusivamente operados e controlados pelas empresas contratadas.
- São unicamente utilizados no local e finalidade estabelecidas em contrato.
- Cabe apenas às contratadas definir sobre possíveis substituições caso sejam necessárias.

Diante do exposto, a Companhia entende que não possui bens arrendados em contratos com terceiros, e, portanto, avaliou que não há impactos significativos da aplicação do CPC 06 (R2) em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

a.2) Outros pronunciamentos

As seguintes modificações em pronunciamentos e interpretações não devem ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada:

Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 Investimentos em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua controlada ou empreendimento controlado em conjunto, a data de início da vigência será determinada pelo IASB;

IFRIC 23 Incertezas sobre tratamento na apuração de tributos, em vigor desde 01 de janeiro de 2019.

B. Novos pronunciamentos ainda não adotados

IFRS 17 Contratos de Seguro, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.09.19	31.12.18	30.09.19	31.12.18
Caixa e bancos conta movimento.....	645	465	1.668	1.413
Aplicações financeiras (a).....	321.141	216.161	332.902	231.020
	<u>321.786</u>	<u>216.626</u>	<u>334.570</u>	<u>232.433</u>

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em Fundos do Banco do Brasil de Renda Fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizou 4,4732% (0,3653% ao mês) nos primeiros nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 5,8842% (0,4776% ao mês) no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

4. REVENDADORES E CONSUMIDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.19	31.12.18	30.09.19	31.12.18
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.....	33.769	34.262	37.759	38.502

Em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, o saldo do contas a receber de revendedores e consumidores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

Notas Explicativas



5. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), pelo período de 17 (dezesete) anos, com remuneração de R\$ 45.000 por ano, pagáveis em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a conseqüente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica e com opção de compra, que poderá ser exercida no décimo segundo ano de vigência do contrato. O Arrendamento possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes.

A transferência de concessão para exploração da Usina Termelétrica Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. - BSE foi contemplada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

Com a transferência da concessão para a Baixada Santista Energia ("BSE"), coube a esta requerer, como de fato requereu, a renovação junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente, em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 7 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido de renovação. Aguarda-se, portanto, a manifestação do Poder Concedente sobre este requerimento, a qual até a data de aprovação destas ITR continuava em processo de análise.

O valor líquido contábil dos ativos relacionados ao Arrendamento seria de R\$ 67.991 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 72.177 em 31 de dezembro de 2018), caso tivessem sido mantidos no ativo imobilizado e depreciados até essa data. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração elaborou uma estimativa do valor dos ativos, no caso de não renovação da concessão, para determinar o possível montante a ser indenizado pelo Poder Concedente, conforme estabelece a cláusula décima primeira do contrato de concessão da UTE Piratininga.

Adicionalmente, a Baixada Santista Energia ("BSE") assumiu a obrigação de devolver os Bens arrendados, no final do prazo de dezessete anos, "no estado de uso e conservação em que os recebeu, consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato", cabendo a Companhia direito a indenização caso a BSE não o faça.

Na hipótese de inadimplemento de uma das partes nos termos do contrato, a parte adimplente terá o direito, além da resolução do contrato, conforme previsto, ao recebimento de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor global de R\$ 765.000.000,00 (Setecentos e sessenta e cinco milhões de reais) corrigidos pelo IGPM desde o cumprimento das condições suspensivas previstas.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado, em caso de não renovação da concessão, se aproxima dos montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga, na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro, pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;
- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.09.19
	Saldo 31.12.18	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	85.337	38.805	13.622	(46.941)	90.823
Não Circulante.....	328.676	(38.805)	31.581	-	321.452
	414.013	-	45.203	(46.941)	412.275

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.09.19	31.12.18
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(51.833)	(65.455)
Varição monetária.....	487.184	455.603
Recebimentos.....	(788.076)	(741.135)
	412.275	414.013

(a) Refere-se à receita financeira aplicada sobre o saldo remanescente do contrato de arrendamento, a ser realizada no recebimento das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Notas Explicativas



Não circulante	
2020.....	42.448
2021.....	79.393
2022.....	72.584
2023.....	66.359
2024.....	60.668
	<u>321.452</u>

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.19	31.12.18	30.09.19	31.12.18
Circulante				
Serviços em curso (a).....	4.587	3.031	4.587	3.031
Bens destinados a conserto	44	44	44	44
Dividendos a receber de controlada (b).....	-	3.840	-	-
Valores a receber - Energia Livre (c).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (d).....	14.451	14.390	14.451	14.390
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e).....	(19.802)	(19.781)	(19.802)	(19.781)
GSF Pirapora energia (f).....	-	-	814	928
Adiantamento a empregados.....	1.407	637	1.407	637
Pirapora Energia S.A.....	208	201	-	-
Cesp.....	-	646	-	646
Petrobrás - O&M (Nota 20.3).....	-	4.590	-	4.590
Aluguéis.....	157	284	157	284
Multas contratuais (g).....	1.066	1.066	1.066	1.066
Convênio SEEM (Nota 18.4).....	529	529	529	529
CPFL.....	-	15	-	15
Comgás.....	37	55	37	55
Outras contas a receber.....	20	9	20	9
	<u>6.848</u>	<u>13.700</u>	<u>7.454</u>	<u>10.587</u>
Não Circulante				
GSF Pirapora energia (f).....	-	-	-	281
	<u>6.848</u>	<u>13.700</u>	<u>7.454</u>	<u>10.868</u>

- a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Referem-se aos dividendos obrigatórios a receber de sua controlada. Em 12 de agosto de 2019 a Companhia recebeu o montante de R\$ 15.361, sendo R\$ 3.840, dividendo obrigatório e R\$ 11.521, dividendo adicional proposto aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 22 de abril 2019.
- c) Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE. A EMAE constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE contabilizado e ainda não recebido;

Notas Explicativas

- d) Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se provisionados na rubrica “Provisão para crédito de liquidação duvidosa”.
- e) O saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2019 de R\$ 19.802 é composto por: R\$ 14.390, funcionários cedidos; R\$ 4.144, energia livre; R\$ 1.103, multas contratuais e R\$ 165 de outros valores a receber.
- f) *GSF*: Em 06 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração da Pirapora Energia autorizou a Companhia a aderir à repactuação do risco hidrológico, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e nas condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015.

Para suprir os contratos regulados, a Companhia adquiriu energia elétrica no mercado de curto prazo no valor de R\$ 4.163 e, com a repactuação esses custos foram convertidos em ativo regulatório e o montante foi elevado para R\$ 4.703.

O referido Ativo Regulatório, até seu exaurimento, será utilizado no pagamento do prêmio correspondente ao produto SP100 (cobertura total), na ordem de R\$ 1.332/ano.

- g) Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

3º TRIMESTRE

3º TRIMESTRE	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	23.508	19.261	23.892	19.651	23.508	19.261	23.892	19.651
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(5.877)	(4.815)	(5.973)	(4.913)	(2.115)	(1.734)	(2.150)	(1.769)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	1.153	986	-	-	416	355	-	-
Outros.....	(653)	(653)	(653)	(2.589)	(284)	(236)	(284)	(933)
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de períodos anteriores, para os quais não foi reconhecido tributos diferidos								
Provisões temporárias.....	-	154	-	154	-	55	-	55
Gag melhorias.....	-	(9.440)	-	(9.440)	-	(3.399)	-	(3.399)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL.....	-	4.131	-	4.131	-	1.489	-	1.489
Outras.....	-	128	-	128	-	-	-	-
c) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	993	2.757	-	-	323	960
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado...	(5.377)	(9.509)	(5.633)	(9.772)	(1.983)	(3.470)	(2.111)	(3.597)
Corrente.....	(7.705)	(4.983)	(7.961)	(5.246)	(2.821)	(1.840)	(2.949)	(1.967)
Diferido.....	2.328	(4.526)	2.328	(4.526)	838	(1.630)	838	(1.630)
Alíquota efetiva.....	23%	49%	24%	50%	8%	18%	9%	6%

7.2 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

ACUMULADO

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda		Imposto de Renda		Contribuição Social		Contribuição Social	
	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	72.426	62.075	73.734	63.207	72.426	62.075	73.734	63.207
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente.....	(18.107)	(15.519)	(18.434)	(15.802)	(6.518)	(5.587)	(6.636)	(5.689)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	3.494	2.922	-	-	1.259	1.052	-	-
Outros.....	(1.709)	(2.121)	(1.709)	(2.121)	(817)	(764)	(817)	(764)
b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de períodos anteriores, para os quais não foi reconhecido tributos diferidos								
Provisões temporárias.....	-	(881)	-	(881)	-	(317)	-	(317)
Gag melhorias.....	-	(9.440)	-	(9.440)	-	(3.399)	-	(3.399)
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	-	7.512	-	7.512	-	2.705	-	2.705
Outras.....	-	349	-	349	-	-	-	-
c) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	2.938	2.445	-	-	952	782
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado...	(16.322)	(17.178)	(17.205)	(17.938)	(6.076)	(6.310)	(6.501)	(6.682)
Corrente.....	(28.898)	(13.473)	(29.781)	(14.233)	(10.603)	(4.976)	(11.028)	(5.348)
Diferido.....	12.576	(3.705)	12.576	(3.705)	4.527	(1.334)	4.527	(1.334)
Alíquota efetiva.....	23%	28%	23%	28%	8%	10%	9%	11%

Notas Explicativas



7.3 Composição dos impostos diferidos passivos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.09.19	31.12.18	30.09.19	31.12.18
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	62.958	37.608	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	23.404	36.027	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	86.071	85.459
Obrigação fiscal diferida Sabesp (d).....	-	-	26.432	26.894
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	-	-	(18.128)	(18.128)
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	22.664	13.539	-	-
Prejuízos fiscais 2003, 2005, 2006, 2007, 2009 e 2013 (b).....	3.105	7.649	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (c).....	-	-	30.985	30.765
Obrigação fiscal diferida Sabesp (d).....	-	-	9.516	9.682
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (e).....	-	-	(6.526)	(6.526)
	112.131	94.823	128.350	128.146
Compensação entre Ativos e Passivos (f).....	(112.131)	(94.823)	(112.131)	(94.823)
	-	-	16.219	33.323

- a) Refere-se ao registro de créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis onde destacam-se como as mais relevantes a provisão para a realização dos investimentos com os recursos recebidos a título de GAG Melhorias, contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- b) Refere-se a saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, referentes aos exercícios anteriores;
- c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 5);
- d) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro referente ao acordo com a Sabesp. (Nota 18.1);
- e) Refere-se à passivo fiscal diferido sobre plano de benefício definido (Nota 14), registrado em Outros Resultados Abrangentes (Ajuste da Avaliação Atuarial);
- f) Refere-se à Compensação entre ativos e passivos diferidos. A partir de 2018, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho da Administração.

Os tributos diferidos são revisados a cada encerramento do exercício e podem ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Base Negativa e Prejuízos fiscais:

2019.....	11.829
2020.....	9.173
2021.....	15.448
2022.....	7.226
	<u>43.676</u>

Diferenças temporárias:

2019.....	3.587
2020.....	2.580
2021.....	2.580
2022.....	2.580
2023.....	2.580
2024 até 2042.....	37.240
	<u>51.147</u>

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.19</u>	<u>31.12.18</u>	<u>30.09.19</u>	<u>31.12.18</u>
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	11.606	10.999	11.606	10.999
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	14.083	12.247	14.083	12.247
Cauções e depósitos vinculados (c).....	-	-	3.233	3.350
	<u>14.083</u>	<u>12.247</u>	<u>17.316</u>	<u>15.597</u>
	<u>25.689</u>	<u>23.246</u>	<u>28.922</u>	<u>26.596</u>

- a) Do montante de depósitos vinculados, i) R\$ 11.029 (R\$ 10.637 em 31 de dezembro de 2018) referem-se a depósito originado da venda de óleo combustível no exercício de 2012 e mantido em contas de ativo e passivo pelo mesmo valor; ii) depósito de R\$ 577 (R\$ 361 em 31 de dezembro de 2018) perante a ANEEL, correspondente à caução contratual da Usina Edgard de Souza.
- b) Refere-se a diversos depósitos iniciais ou recursais envolvendo processos cíveis e trabalhistas da Companhia e sua controlada. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações trabalhistas e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação das provisões trabalhistas registradas no passivo relacionadas a esses depósitos judiciais.

Notas Explicativas

- c) No saldo consolidado, estão incluídas as garantias do financiamento BNDES no montante de R\$ 3.233 em 30 de setembro de 2019 (R\$ 3.350 em 31 de dezembro de 2018) da controlada Pirapora.

9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão recuperados por meio da RAG nos processos de revisão e reajuste tarifário. A Resolução Normativa nº 642/2014 aprovou o submódulo dos Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET 12.3, o qual estabeleceu os procedimentos para a recuperação dos investimentos realizados através da RAG.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Em virtude da característica desse ativo, em cada processo de reajuste ou revisão tarifária, novas tarifas são homologadas pela ANEEL, ocasionando modificações no fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável. Essas modificações poderão gerar eventuais ganhos ou perdas no valor do custo amortizado do ativo, os quais serão ajustados no resultado.

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado				Saldo em 30.09.19
	Saldo em 31.12.18	Adições (a)	Transferência	Amortização (b)	
Circulante					
Ativo financeiro.....	3.624	-	1.149	(2.393)	2.380
Adiantamento a fornecedores.....	9.733	1.542	(5.121)	-	6.154
	<u>13.357</u>	<u>1.542</u>	<u>(3.972)</u>	<u>(2.393)</u>	<u>8.534</u>
Não circulante					
Ativo financeiro.....	62.419	17.325	(1.149)	-	78.595
	<u>75.776</u>	<u>18.867</u>	<u>(5.121)</u>	<u>(2.393)</u>	<u>87.129</u>

- a) As adições do período referem-se aos investimentos realizados nas usinas em manutenções que aumentem a vida útil das unidades e também em melhorias gerando maior eficiência na produção energética. Tais investimentos já estão sendo indenizados através da RAG 2019/2020.
- b) Amortização dos investimentos efetivamente já realizados (Nota 17).

10. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os

Notas Explicativas



projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima.

Em 20 de fevereiro de 2017 a Companhia contratou consultoria especializada com o objetivo de Elaboração de cálculos do Valor Novo de Reposição – VNR dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2012 e saldo de investimentos não amortizados até 31 de dezembro de 2012, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 596/13, para subsídio à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 12.783, de 2013, de 11 de janeiro de 2013.

Os relatórios gerados naquele exercício demonstraram que não há razão para a constituição de estimativa para redução ao valor recuperável dos montantes pleiteados perante o órgão regulador, todavia, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e, caso aplicável, realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

Em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão do Aproveitamento de Potencial Hidráulico denominado UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou as tratativas junto ao Poder Concedente, visando obter a autorização para motorizar a referida estrutura, com o aproveitamento integral das instalações atualmente existentes.

Em agosto de 2018, a Companhia procedeu a redução de R\$ 77.844 da rubrica de Ativo reversível da concessão, correspondente ao valor contábil da Usina Edgard Souza em 31 de dezembro de 2012, em contrapartida a:

- Reconhecimento de R\$ 19.731, referente a obsolescência dos bens incorrida de 1 de janeiro de 2013 até 31 de julho de 2018; e
- Reconhecimento de R\$ 59.667 na rubrica de imobilizado em curso composto pelo valor contábil em 1 de agosto de 2018.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 195.374.

Notas Explicativas**11. INVESTIMENTOS**

	Controladora		Consolidado	
	30.09.19	31.12.18	30.09.19	31.12.18
Pirapora Energia S.A.....	95.427	92.967	-	-
Outros.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Total.....	96.817	94.357	1.390	1.390

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	30.09.19	31.12.18
Ativo.....	171.025	177.210
Passivo.....	75.598	84.243
Patrimônio Líquido.....	95.427	92.967
	30.09.19	30.09.18
Resultado do período de 9 meses findo em.....	13.981	11.686

	Controlada
Saldo em 31.12.2017.....	91.328
Dividendo adicional referente a 2017 pago em 2018.....	(10.999)
Integralização de capital.....	310
Resultado de equivalência patrimonial.....	16.168
Dividendo mínimo obrigatório.....	(3.840)
Saldo em 31.12.2018.....	92.967
Aprovação do dividendo adicional proposto na AGO em 22.04.2019.....	(11.521)
Resultado de equivalência patrimonial.....	13.981
Saldo em 30.09.2019.....	95.427

Notas Explicativas



12. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado entre 31 de dezembro de 2018 e 30 de setembro de 2019 está representada por:

Controladora	Taxas anuais	Saldo			Depreciação	Saldo
	médias de	em	Adições	Transferência	do	em
	Depreciação (%)	31.12.18			período	30.09.19
Em serviço						
Terrenos.....		5.068	-	-	-	5.068
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	934	26	-	(49)	911
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	1.728	132	28	(238)	1.650
Veículos.....	14,3%	543	-	445	(116)	872
Móveis e Utensílios.....	6,3%	110	37	57	(12)	192
Subtotal.....		8.383	195	530	(415)	8.693
Em curso.....		62.112	3.298	(1.680)	-	63.730
Total Controladora.....		70.495	3.493	(1.150)	(415)	72.423

Consolidado	Taxas anuais	Saldo			Depreciação	Saldo
	médias de	em	Adições	Transferência	do	em
	Depreciação (%)	31.12.18			período	30.09.19
Em serviço						
Terrenos.....		5.068	-	-	-	5.068
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	46.868	18	-	(768)	46.118
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	46.834	34	-	(783)	46.085
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	61.452	303	28	(1.762)	60.021
Veículos.....	14,3%	543	-	445	(116)	872
Móveis e Utensílios.....	6,3%	110	37	57	(12)	192
Subtotal.....		160.875	392	530	(3.441)	158.356
Em curso.....		62.112	3.298	(1.680)	-	63.730
Total consolidado.....		222.987	3.690	(1.150)	(3.441)	222.086

i) Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:

Conforme divulgado na Nota 10, em 01 de agosto de 2018, o MME disponibilizou os bens da UHE Edgar de Souza para a EMAE (no montante de R\$ 59.667, passando a ser registrado no imobilizado em curso), dispensando, portanto, a reversão dos bens.

Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração realizou teste de recuperabilidade desses ativos utilizando fluxos de caixas descontados com base nas seguintes premissas: (i) obtenção da autorização para remotorização da usina; (ii) período de autorização de 30 anos; (iii) quantidade e preço de venda de parte da energia gerada contratada no ambiente regulado; e (iv) o excedente de energia comercializado no mercado de curto prazo. Os fluxos de caixas foram estimados para um período da concessão e descontados pela taxa de desconto antes dos tributos variando entre 7,2% a.a. a 8,5% a.a. no período de projeção. A Administração, com base no teste efetuado, concluiu que não houve necessidade de registro de estimativa para redução no valor recuperável dos valores contábeis reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. No trimestre findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum fato que indicasse a necessidade de

Notas Explicativas

se realizar teste de recuperabilidade de ativos.

13. FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

Em 8 de março de 2012 a controlada Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) no valor de R\$ 98.000 a ser pago em 192 parcelas mensais. Tal valor representava 60% do valor do investimento previsto para a construção da PCH (Pequena Central Hidrelétrica). Em 30 de setembro de 2019, o valor total atualizado do financiamento é de R\$ 74.881 (R\$ 79.743 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$ 5.601 classificados como passivo circulante (R\$ 6.744 em 31 de dezembro de 2018) e R\$ 69.280 como passivo não circulante (R\$ 72.999 em 31 de dezembro de 2018).

O vencimento será em 15 de setembro 2030, com atualização pela TJLP + 1,9% a.a.

A taxa efetiva do contrato até 31 de dezembro de 2018 é de 8,88% ao ano.

	Consolidado				30.09.19
	31.12.18				
	Saldo	Juros	Pagamento do principal	Pagamento dos juros	Saldo
Circulante e Não Circulante					
Financiamento BNDES.....	79.743	4.694	(5.086)	(4.470)	74.881

Para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado com o BNDES, como o principal e juros da dívida, comissões, multas e outras despesas, a Companhia cedeu as seguintes garantias:

- Direitos creditórios provenientes dos Contratos de Compra de Energia Elétrica Incentivada - CCEI.

A cessão fiduciária mencionada, abrangerá os créditos que venham a ser depositados na "Conta Centralizadora", na "Conta Reserva do Serviço da Dívida" e na "Conta Para Sobre custos", até o pagamento integral de todas as obrigações contratuais. Estes valores encontram-se registrados como Cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante (Nota 8).

- Direitos creditórios sobre os Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEARs) celebrados na forma do Leilão de Energia Nova nº 10/2010.
- Direitos creditórios provenientes do Contrato de Arrendamento entre a Companhia e a Baixada Santista Energia S.A.
- Penhora da totalidade das ações de sua controlada, em favor do BNDES, e quaisquer outras ações representativas do capital social, que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas, pela mesma até o pagamento integral de todas as

Notas Explicativas

obrigações estabelecidas no presente Contrato de Financiamento.

14. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS**14.1 Planos de benefícios**

A EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, com o objetivo de complementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. Em 1997, ocorreu a quitação do plano até então vigente (BSPS) e criado um novo plano modelo misto. Com a quitação do BSPS, para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, o passivo atuarial determinado pelos atuários independentes na ocasião do seu fechamento foi objeto de um contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas) celebrado entre a EMAE e a Fundação Cesp, cujo vencimento se daria em março de 2020. A EMAE, com o objetivo de diminuir o impacto da amortização do referido contrato, negociou com a Fundação a extensão do prazo de amortização do contrato, passando o mesmo a ter como data de término janeiro de 2032.

	Controladora e Consolidado				
	31.12.18	30.09.19			
		Amortização	Despesa	ORA	Saldo
Entidade de previdência a empregados.....	131.655	(4.832)	9.638	-	136.461

Outras informações sobre o plano de benefícios estão descritas na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2018, divulgadas em 26/03/2019.

14.2 Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumento jurídico formalizado em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas), que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “Benefício Suplementar Proporcional Saldado” - BSPS. Esse contrato previa a amortização em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2017 foi assinado aditivo contratual prorrogando o vencimento do contrato para março de 2032.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base no novo saldo.

Conforme mencionado acima, esse contrato possui cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representa na essência, garantia para o

Notas Explicativas



equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Em 30/09/2019, a diferença entre os saldos apresentados neste contrato e o passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1) /IAS19 é decorrente das diferenças entre as metodologias e premissas utilizadas pela EMAE e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que serão ajustadas pelos seus efeitos de ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Credor	Objeto	Controladora e Consolidado			
		30.09.19		31.12.18	
		Circulante	Não Circulante	Total	Total
FUNDAÇÃO CESP	- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - CV.....	20.275	37.775	58.050	53.244
	- Ajuste CPC 33 (IAS 19).....	-	78.411	78.411	78.411
		<u>20.275</u>	<u>116.186</u>	<u>136.461</u>	<u>131.655</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

15.1 Contingências – Possibilidade de Perda Provável

	Controladora e Consolidado					
	31.12.18	30.09.19				
	Saldo	Provisão	Reversão	Transferência	Pagamento	Saldo
Não circulante						
Trabalhistas						
Periculosidade.....	13.779	733	-	(2.550)	-	11.962
Diversas.....	16.346	4.247	(2.793)	2.550	(2.818)	17.532
	<u>30.125</u>	<u>4.980</u>	<u>(2.793)</u>	<u>-</u>	<u>(2.818)</u>	<u>29.494</u>
Cíveis.....	<u>27.624</u>	<u>1.761</u>	<u>(900)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.485</u>
Tributárias.....	<u>312</u>	<u>968</u>	<u>(902)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>378</u>
	<u>58.061</u>	<u>7.709</u>	<u>(4.595)</u>	<u>-</u>	<u>(2.818)</u>	<u>58.357</u>

A) Periculosidade

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 – 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

B) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por funcionários e

Notas Explicativas

ex-funcionários às quais requerem, em geral, o pagamento de equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos em 30 de setembro de 2019, houve, reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

C) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 9 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, o qual foi oposto pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 30 de setembro de 2019 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 27.370 (R\$ 25.394 em 31 de dezembro de 2018).

D) Tributárias

Refere-se à atualização de um processo de IPTU movido pelo Município de Cubatão anteriormente classificado com a probabilidade de perda remota, que, em razão de um indeferimento de pleito solicitado pela Companhia, se fez necessário a reclassificação para a probabilidade de perda provável.

15.2 Contingências – Probabilidade de Perda Possível

As contingências, em 30 de setembro de 2019, nas suas diferentes espécies, avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível, estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.09.19	31.12.18
Administrativo.....	13.167	12.644
Ambiental	97.039	85.663
Cível.....	22.712	22.209
Trabalhista.....	12.598	11.962
Tributário.....	20.512	15.248
	<u>166.028</u>	<u>147.726</u>

Notas Explicativas



a) Administrativo

Os processos mais relevantes referem-se ao indeferimento pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL de parte do pedido de compensação de PIS/COFINS (PERDCOMP), em que a Companhia, com base em avaliação de advogados externos, vai prosseguir o questionamento na esfera judicial. O valor atualizado dos processos em aberto em 30 de setembro de 2019, não encerrados administrativamente, totaliza R\$ 11.535.

b) Ambiental

O principal processo refere-se à obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado, tornasse possível a implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m³/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012, o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no montante de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu, em 10 de dezembro de 2012, a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de setembro de 2019, sendo o total da causa de R\$ 92.370 (R\$ 85.326 em 31 de dezembro de 2018).

c) Cível

O processo mais relevante refere-se à ação originada pela Fundação CESP – a qual visa à condenação da Companhia ao pagamento do déficit técnico do quadro de empregados. A autora encontra-se em vantagem, uma vez que o tribunal julgou procedente o pleito original, porém o processo encontra-se em fase de recursos.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de setembro de 2019 sendo o total da causa de R\$ 17.073 (R\$ 16.122 em dezembro de 2018).

d) Trabalhista

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se a disputas movidas pelos sindicatos que representam os empregados ou por disputas individuais, nos quais ex-funcionários reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

Notas Explicativas



e) Tributário

Entre os processos como de risco possível, o montante mais relevante refere-se a cobrança movida pela Prefeitura de São Paulo em razão da majoração do IPTU em função da alteração das premissas e metodologias utilizadas como base de cálculo do tributo envolvido. Em 30 de setembro de 2019 o valor da causa é de R\$ 9.362.

16. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais – RGR, de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (9 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

	Controladora e Consolidado					30.09.19
	31.12.18	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	1.350	506	(506)	(1.350)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	12.601	(1.350)	-	-	-	11.251

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES – GAG MELHORIAS

Com base na previsão de recebimento da GAG Melhorias e no plano de investimentos, ambos elaborados e estimados até o término da concessão, a Companhia realizou as seguintes contabilizações durante o período findo em 30 de setembro de 2019:

	Controladora e Consolidado			Resultado do período
	Ativo financeiro indenizável	Outras obrigações GAG Melhorias		
		Circulante	Não circulante	
Saldo em 31.12.2018.....	75.776	(34.503)	(35.126)	-
Investimentos realizados.....	17.325	-	-	-
Adiantamento a fornecedores.....	(3.579)	-	-	-
Receitas Líquidas - GAG Melhorias (a).....	-	-	-	118.724
Provisão GAG Melhorias - Investimentos a realizar.....	-	-	(106.436)	(106.436)
Amortização.....	(2.393)	2.393	-	-
Saldo em 30.09.2019.....	87.129	(32.110)	(141.562)	12.288

(a) A GAG Melhorias é parte integrante da Receita de Cotas de energia elétrica

Entre 1 de janeiro de 2013 a 30 de setembro de 2019 a Companhia investiu um montante de

Notas Explicativas

R\$ 84.665, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxos de caixa) até 31 de dezembro de 2042.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

18.1. Ativo financeiro – Acordo Sabesp

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitam na esfera judicial e arbitral. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos da SABESP e da EMAE, em 11 e 18 de outubro de 2017, respectivamente, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Informações adicionais sobre o histórico do processo sobre o Acordo Sabesp estão descritos na nota explicativa nº 19.2 das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2018, divulgadas em 26/03/2019.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

	Controladora e Consolidado				Saldo 30.09.19
	Saldo 31.12.18	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante					
Sabesp.....	22.759	10.117	-	(9.944)	22.932
Ajuste a valor presente.....	(6.630)	(4.614)	5.039	-	(6.205)
	16.129	5.503	5.039	(9.944)	16.727
Não Circulante					
Sabesp.....	168.907	(10.117)	3.057	-	161.847
Ajuste a valor presente.....	(77.460)	4.614	-	-	(72.846)
	91.447	(5.503)	3.057	-	89.001
	107.576	-	8.096	(9.944)	105.728

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Notas Explicativas

Não circulante	
2020.....	6.614
2021.....	15.206
2022.....	5.780
2023.....	5.404
2024 até 2042.....	55.997
	<u>89.001</u>

18.2. Prestação de Serviço EMAE para PIRAPORA

A Companhia no ano de 2016 iniciou a prestação de serviço de operação e manutenção para a Pirapora referente à PCH Pirapora. O prazo para prestação dos serviços é de 4 anos, contados a partir da autorização de início expedida pela Pirapora Energia S.A., podendo ser prorrogado, a critério das partes. No período findo em 30 de setembro de 2019 a Companhia reconheceu em seu resultado uma receita de prestação de serviço no valor de R\$ 2.216 (R\$ 2.145 no período findo em 30 de setembro de 2018).

18.3. Serviços Canal Pinheiros

Refere-se a gastos com serviços de Adequação da Calha do Canal do Rio Pinheiros, oriundos de recursos do Governo do Estado de São Paulo, com intuito de garantir eficiência operacional.

Os gastos nas atividades previstas são registrados em conta específica do ativo no balanço patrimonial e anualmente a Companhia presta contas desses valores para o Governo do Estado de São Paulo. O reembolso por parte do Estado é realizado mensalmente e a Companhia registra esses valores de reembolso como Depósitos Vinculados em seu passivo patrimonial. Quando ocorre a aprovação dos gastos na prestação de contas, a Companhia realiza a compensação dos ativos e passivos. Em 30 de setembro de 2019, o saldo a receber é de R\$ 4.845 (R\$ 3.174 em 31 de dezembro de 2018).

18.4. Convênio SEEM

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio com Secretária de Estado de Energia e Mineração - SEEM, celebrado como Convênio de cooperação técnico-operacional, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. O valor estimado do convênio é de R\$ 3.324 com vigência de 18 (dezoito) meses. Em 30 de setembro de 2019 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 529, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 (Nota 6).

Notas Explicativas**18.5. Cessão de Empregados**

Refere-se a cessão de empregados, mediante ressarcimento à Secretaria de Energia e Mineração, Gestão Pública, Saneamento, Justiça, Casa Civil e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 30 de setembro de 2019, o saldo a receber é de R\$ 14.451, vide Nota 6.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**19.1 Capital Social**

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

	Quantidades de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:						
Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.353.441	97,61	52.068	0,23	14.405.509	38,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ (Custodiada na B3 S.A. Brasil, Bolsa,Balcão ("B3")).....	350.832	2,38	-	-	350.832	0,95
	<u>14.704.273</u>	<u>99,99</u>	<u>52.068</u>	<u>0,23</u>	<u>14.756.341</u>	<u>39,94</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S/A. - ELETROBRÁS.....						
	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.201.033	9,90	2.201.033	5,96
Outros.....	1.097	0,01	5.572.280	25,05	5.573.377	15,08
	<u>14.705.370</u>	<u>100,00</u>	<u>22.241.714</u>	<u>100,00</u>	<u>36.947.084</u>	<u>100,00</u>

Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2019 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus a: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

Notas Explicativas



19.2 Lucro por ação – básico e diluído

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os períodos findo em 30 de setembro de 2019 e 2018 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	Acumulado		3º Trimestre	
	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18
Lucro líquido do período.....	R\$ 50.028	R\$ 38.587	R\$ 16.148	R\$ 6.282
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084	36.947.084	36.947.084
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Preferencial.....	R\$ 1,40488	R\$ 1,08359	R\$ 0,45346	R\$ 0,17639
Ação Ordinária.....	R\$ 1,27717	R\$ 0,98508	R\$ 0,41224	R\$ 0,16036

A quantidade média ponderada de ações usadas no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

20. RECEITA LÍQUIDA

20.1 Conciliação da receita operacional líquida

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 20.2).....	103.244	53.909	103.244	53.909
Suprimento de energia - leilão (Nota 20.2).....	-	-	8.876	8.481
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 20.2).....	37	10	542	12
Renda da prestação de serviços (Nota 20.3).....	5.529	12.203	4.788	11.484
Outras receitas.....	36	432	36	432
Receitas relativas à construção de ativos próprios (Nota 9).....	5.142	3.784	5.142	3.784
	<u>113.988</u>	<u>70.338</u>	<u>122.628</u>	<u>78.102</u>
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(9.030)	(5.147)	(9.311)	(5.402)
PIS sobre receitas operacionais.....	(1.960)	(1.114)	(2.021)	(1.169)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(277)	(610)	(277)	(610)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(904)	(475)	(904)	(475)
	<u>(12.171)</u>	<u>(7.346)</u>	<u>(12.513)</u>	<u>(7.656)</u>
RECEITA LÍQUIDA.....	101.817	62.992	110.115	70.446

Notas Explicativas



ACUMULADO	Controladora		Consolidado	
	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 20.2).....	299.501	138.040	299.501	138.040
Suprimento de energia - leilão (Nota 20.2).....	-	-	26.172	25.195
Suprimento de energia - comercializadores (Nota 20.2).....	-	454	-	454
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 20.2).....	208	266	2.006	657
Renda da prestação de serviços (Nota 20.3).....	19.159	25.351	16.943	23.206
Outras receitas.....	1.117	1.331	1.117	1.331
Receitas relativas à construção de ativos próprios (Nota 9).....	17.325	9.253	17.325	9.253
	<u>337.310</u>	<u>174.695</u>	<u>363.064</u>	<u>198.136</u>
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(28.642)	(16.943)	(29.481)	(17.711)
PIS sobre receitas operacionais.....	(6.218)	(3.665)	(6.400)	(3.831)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(960)	(1.279)	(960)	(1.279)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(2.595)	(1.228)	(2.595)	(1.228)
	<u>(38.415)</u>	<u>(23.115)</u>	<u>(39.436)</u>	<u>(24.049)</u>
RECEITA LÍQUIDA.....	298.895	151.580	323.628	174.087



20.2 Energia Elétrica Vendida

TRIMESTRE	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	281.104	280.631	103.244	53.909	281.104	280.631	103.244	53.909
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	34.666	34.546	8.876	8.481
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	37	10	-	-	542	12
Total.....	281.104	280.631	103.281	53.919	315.770	315.177	112.662	62.402

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas



ACUMULADO	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	847.346	847.939	299.501	138.040	847.346	847.939	299.501	138.040
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	103.687	103.798	26.172	25.195
Comercializadores.....	-	-	-	454	-	-	-	454
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	208	266	-	-	2.006	657
Total.....	847.346	847.939	299.709	138.760	951.033	951.737	327.679	164.346

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

- (a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a serem remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;
- (b) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR.
- (c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

Notas Explicativas**20.3 Renda da prestação de serviços**

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018
Petrobras (UTE's) (a).....	4.096	11.021	4.096	11.021
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	580	463	580	463
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (Nota 18.2).....	741	719	-	-
Outros serviços.....	112	-	112	-
	<u>5.529</u>	<u>12.203</u>	<u>4.788</u>	<u>11.484</u>

ACUMULADO	Controladora		Consolidado	
	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18
Petrobras (UTE's) (a).....	15.359	21.322	15.359	21.322
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.254	1.884	1.254	1.884
Serviço de Operação e Manutenção - PIRAPORA (Nota 18.2).....	2.216	2.145	-	-
Outros serviços.....	330	-	330	-
	<u>19.159</u>	<u>25.351</u>	<u>16.943</u>	<u>23.206</u>

- (a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás assinado em 03/08/2019, com vigência de 12 meses, para a prestação dos serviços de operação e manutenção das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga. O contrato prevê uma remuneração baseada em um valor fixo e uma parcela variável.

21. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

21.1 Para os trimestres findos em 30 de Setembro

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e (despesas)		TOTAL	
	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Encargos de uso da rede elétrica.....	(9.151)	(7.544)	-	-	(9.151)	(7.544)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.069)	(764)	-	-	(2.069)	(764)
Pessoal.....	(19.503)	(21.360)	-	-	(19.503)	(21.360)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(3.213)	(2.852)	-	-	(3.213)	(2.852)
Material.....	(1.387)	(1.452)	-	-	(1.387)	(1.452)
Serviço de terceiros.....	(16.068)	(11.078)	-	-	(16.068)	(11.078)
Depreciação.....	(414)	(343)	-	-	(414)	(343)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(327)	(307)	-	-	(327)	(307)
Aluguéis.....	(933)	(207)	-	-	(933)	(207)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(646)	(781)	-	-	(646)	(781)
Provisão GAG Melhorias (Nota 17).....	(35.510)	(625)	-	-	(35.510)	(625)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1)	(27)	-	-	(1)	(27)
Obsolescência dos bens - Edgard de Souza (Nota 10).....	-	-	-	(19.731)	-	(19.731)
IPTU.....	(3.307)	(3.159)	-	-	(3.307)	(3.159)
Custos relativos a construção de ativos próprios (Nota 9).....	(5.142)	(3.784)	-	-	(5.142)	(3.784)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	392	-	392
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	48	-	48	-
Outras.....	655	200	2	(1.038)	657	(838)
Total.....	(97.016)	(54.083)	50	(20.377)	(96.966)	(74.460)



CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e (despesas)		TOTAL	
	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre	3º Trimestre
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
GSF - Garantia física.....	(271)	(232)	-	-	(271)	(232)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(9.220)	(7.616)	-	-	(9.220)	(7.616)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.069)	(764)	-	-	(2.069)	(764)
Pessoal.....	(19.503)	(21.360)	-	-	(19.503)	(21.360)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(3.213)	(2.852)	-	-	(3.213)	(2.852)
Material.....	(1.432)	(1.464)	-	-	(1.432)	(1.464)
Serviço de terceiros.....	(16.759)	(11.466)	-	-	(16.759)	(11.466)
Depreciação.....	(1.448)	(1.342)	-	-	(1.448)	(1.342)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(347)	(323)	-	-	(347)	(323)
Aluguéis.....	(939)	(215)	-	-	(939)	(215)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(646)	(781)	-	-	(646)	(781)
Provisão GAG Melhorias (Nota 17).....	(35.510)	(625)	-	-	(35.510)	(625)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1)	(27)	-	-	(1)	(27)
Obsolescência dos bens - Edgard de Souza (Nota 10).....	-	-	-	(19.731)	-	(19.731)
IPTU.....	(3.307)	(3.159)	-	-	(3.307)	(3.159)
Custos relativos a construção de ativos próprios (Nota 9).....	(5.142)	(3.784)	-	-	(5.142)	(3.784)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	392	-	392
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	48	-	48	-
Outras.....	660	114	2	(1.038)	662	(924)
Total.....	(99.147)	(55.896)	50	(20.377)	(99.097)	(76.273)



21.2 Para os períodos findos em 30 de Setembro

CONTROLADORA	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e (despesas)		TOTAL	
	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18
Encargos de uso da rede elétrica.....	(26.375)	(10.135)	-	-	(26.375)	(10.135)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(8.914)	(2.490)	-	-	(8.914)	(2.490)
Pessoal.....	(72.091)	(65.989)	-	-	(72.091)	(65.989)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(9.638)	(8.526)	-	-	(9.638)	(8.526)
Material.....	(3.581)	(3.258)	-	-	(3.581)	(3.258)
Serviço de terceiros.....	(44.633)	(35.600)	-	-	(44.633)	(35.600)
Depreciação.....	(1.209)	(1.035)	-	-	(1.209)	(1.035)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(941)	(597)	-	-	(941)	(597)
Aluguéis.....	(1.479)	(773)	-	-	(1.479)	(773)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(3.114)	(10.312)	-	-	(3.114)	(10.312)
Provisão GAG Melhorias (Nota 17).....	(106.436)	(625)	-	-	(106.436)	(625)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(21)	(121)	-	-	(21)	(121)
Obsolescência dos bens - Edgard de Souza (Nota 10).....	-	-	-	(19.731)	-	(19.731)
IPTU.....	(10.317)	(10.360)	-	-	(10.317)	(10.360)
Doações.....	-	-	(60)	-	(60)	-
Custos relativos a construção de ativos próprios (Nota 9).....	(17.325)	(9.253)	-	-	(17.325)	(9.253)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	501	394	501	394
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	121	248	121	248
Outras.....	1.193	1.633	(1.047)	(1.038)	146	595
Total.....	(304.881)	(157.441)	(485)	(20.127)	(305.366)	(177.568)



CONSOLIDADO	Custo do serviço de energia elétrica		Outras receitas e (despesas)		TOTAL	
	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18
GSF - Garantia física.....	(814)	(696)	-	-	(814)	(696)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(26.593)	(10.349)	-	-	(26.593)	(10.349)
Comp. financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(8.914)	(2.490)	-	-	(8.914)	(2.490)
Pessoal.....	(72.091)	(65.989)	-	-	(72.091)	(65.989)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(9.638)	(8.526)	-	-	(9.638)	(8.526)
Material.....	(3.678)	(3.304)	-	-	(3.678)	(3.304)
Serviço de terceiros.....	(46.363)	(36.879)	-	-	(46.363)	(36.879)
Depreciação.....	(4.262)	(4.027)	-	-	(4.262)	(4.027)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	(999)	(645)	-	-	(999)	(645)
Aluguéis.....	(1.506)	(797)	-	-	(1.506)	(797)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(3.114)	(10.312)	-	-	(3.114)	(10.312)
Provisão GAG Melhorias (Nota 17).....	(106.436)	(625)	-	-	(106.436)	(625)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(21)	(121)	-	-	(21)	(121)
Obsolescência dos bens - Edgard de Souza (Nota 10).....	-	-	-	(19.731)	-	(19.731)
IPTU.....	(10.317)	(10.360)	-	-	(10.317)	(10.360)
Doações.....	-	-	(60)	-	(60)	-
Custos relativos a construção de ativos próprios (Nota 9).....	(17.325)	(9.253)	-	-	(17.325)	(9.253)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	501	394	501	394
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	121	248	121	248
Outras.....	1.076	1.383	(1.047)	(1.038)	29	345
Total.....	(310.995)	(162.990)	(485)	(20.127)	(311.480)	(183.117)

Notas Explicativas



22. RESULTADO FINANCEIRO

TRIMESTRE	Controladora		Consolidado	
	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018	3º Trimestre 2019	3º Trimestre 2018
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	4.621	2.495	4.912	2.893
Remuneração de quotas.....	-	302	-	302
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	4.308	4.889	4.308	4.889
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 18.1).....	1.638	1.763	1.638	1.763
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(225)	(44)	(225)	(44)
Outras.....	54	(66)	61	(65)
	<u>10.396</u>	<u>9.339</u>	<u>10.694</u>	<u>9.738</u>
Despesas				
Juros	-	-	(1.464)	(1.707)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(215)	(5)	(215)	(5)
Atualização Óleo combustível.....	(153)	(152)	(153)	(152)
Atualização Selic sobre projetos P&D.....	(5)	(26)	(5)	(26)
Juros sobre RGR.....	(163)	(185)	(163)	(185)
Outras.....	(104)	(9)	(104)	(9)
	<u>(640)</u>	<u>(377)</u>	<u>(2.104)</u>	<u>(2.084)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 5).....	3.626	16.929	3.626	16.929
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 18.1).....	480	859	480	859
Outras variações monetárias	178	36	178	36
	<u>4.284</u>	<u>17.824</u>	<u>4.284</u>	<u>17.824</u>
	<u>14.040</u>	<u>26.786</u>	<u>12.874</u>	<u>25.478</u>

Notas Explicativas



ACUMULADO	Controladora		Consolidado	
	30.09.19	30.09.18	30.09.19	30.09.18
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	11.784	6.311	12.706	7.355
Remuneração de quotas.....	-	302	-	302
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	13.621	15.326	13.621	15.326
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 18.1).....	5.039	5.487	5.039	5.487
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(629)	(44)	(629)	(44)
Outras.....	299	608	744	629
	<u>30.114</u>	<u>27.990</u>	<u>31.481</u>	<u>29.055</u>
Despesas				
Juros	-	-	(4.695)	(5.205)
Outras:.....				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(215)	(65)	(215)	(65)
Atualização Óleo combustível.....	(392)	(3.917)	(392)	(3.917)
Atualização Selic sobre projetos P&D.....	(20)	(82)	(20)	(82)
Juros sobre RGR.....	(506)	(572)	(506)	(572)
Outras.....	(153)	(10)	(155)	(10)
	<u>(1.286)</u>	<u>(4.646)</u>	<u>(5.983)</u>	<u>(9.851)</u>
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 5).....	31.581	49.055	31.581	49.055
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 18.1).....	3.057	3.731	3.057	3.731
Outras variações monetárias	1.450	247	1.450	247
	<u>36.088</u>	<u>53.033</u>	<u>36.088</u>	<u>53.033</u>
	<u>64.916</u>	<u>76.377</u>	<u>61.586</u>	<u>72.237</u>

23. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operacional e Atividades (a).....	09/04/2019	09/04/2020	30.000	288
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/11/2018	05/11/2019	50.000	75
Seguro de riscos operacionais (c).....	27/09/2019	27/09/2020	267.830	2.978
Seguro de veículos (d).....	11/09/2019	11/09/2020	1.078	13
Seguro de riscos operacionais (e).....	23/08/2019	23/08/2020	90.204	107
			<u>439.112</u>	<u>3.461</u>

- Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;
- Referem-se a danos causados a terceiros por atos involuntários da Administração (*Directors and officers*);
- Refere-se a cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos das Usinas da EMAE;

Notas Explicativas

- d) Refere-se a cobertura contra colisão, incêndio, roubo, danos materiais e pessoais referente a caminhões;
- e) Refere-se a cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30.09.19	31.12.18	30.09.19	31.12.18	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3).....	645	465	1.668	1.413	Custo amortizado
Aplicações financeiras (Nota 3).....	321.141	216.161	332.902	231.020	Custo amortizado
Revendedores (Nota 4).....	33.769	34.262	37.759	38.502	Custo amortizado
Serviços - Canal Pinheiros (Nota 18.3).....	4.845	3.174	4.845	3.174	Custo amortizado
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	412.275	414.013	412.275	414.013	Custo amortizado
Outros créditos (Nota 6).....	6.848	13.700	7.454	10.868	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (Nota 8).....	25.689	23.246	28.922	26.596	Custo amortizado
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 18.1).....	105.728	107.576	105.728	107.576	Custo amortizado
Ativo financeiro indenizável (Nota 9).....	87.129	75.776	87.129	75.776	Custo amortizado
Ativo reversível da concessão (Nota 10).....	195.374	195.374	195.374	195.374	Custo amortizado
Fornecedores.....	5.883	6.507	6.119	6.763	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	181	27.915	181	27.915	Custo amortizado
Outras obrigações - GAG melhorias (Nota 17).	173.672	69.629	173.672	69.629	Custo amortizado
Financiamentos (Nota 13).....	-	-	74.881	79.743	Custo amortizado

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercado para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

Notas Explicativas



25 RISCOS

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas com as Companhias concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através contratos firmados no ambiente de contratação regulada. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

25.1 Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

A.2) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores e Consumidores (Nota 4). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços – o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 321.786 e 334.570, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 216.626, controladora, e R\$ 232.433, consolidado, em 31 de dezembro de 2018), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a exposição máxima de risco de crédito para os seguintes recebíveis:

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado	
	30.09.19	31.12.18
Serviços do canal do Rio Pinheiros (Nota 18.3).....	4.845	3.174
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 5).....	412.275	414.013
Ativo financeiro indenizável (Nota 9).....	87.129	75.776
Ativo reversível da concessão (Nota 10).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 18.1).....	105.728	107.576
	805.351	795.913

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro e serviços do canal do Rio Pinheiros são avaliados como baixo pela Administração da Companhia, em virtude não terem histórico e expectativa de perdas.

A realização das contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica de Piratininga depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobrás) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento dessas contas a receber.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto, sujeitos à eventual glosa.

A realização do Ativo financeiro – Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

A.3) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

A.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e, em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável, para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas



O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Capítulo III Mercados financeiros e de capitais - Taxas de juros efetivas, de 30 de setembro de 2019, com CDI overnight de 6,40 %a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.09.2019 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		6,40%	8,00%	9,60%
Controladora	321.141	20.553	25.691	30.830
Consolidado	332.902	21.306	26.632	31.959

I-CVM 475	Saldo 30.09.2019 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		6,40%	4,80%	3,20%
Controladora	321.141	20.553	15.415	10.277
Consolidado	332.902	21.306	15.979	10.653

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de setembro de 2019, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 30.09.2019 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	5,18%	14,98%	16,39%	17,81%
Arrendamento UTP	412.275	61.759	67.572	73.426

I-CVM 475	Saldo 30.09.2019 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	5,18%	14,98%	13,57%	12,15%
Arrendamento UTP	412.275	61.759	55.946	50.091

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de setembro de 2019, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

Notas Explicativas



I-CVM 475	Saldo 30.09.2019 Nota 18.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	3,42%	11,88%	12,80%	13,73%
SABESP	105.728	12.560	13.533	14.516

I-CVM 475	Saldo 30.09.2019 Nota 18.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	3,42%	11,88%	10,95%	10,03%
SABESP	105.728	12.560	11.577	10.605

A Pirapora Energia S.A., controlada da Companhia, possui financiamento contratado junto ao BNDES para a construção da PCH Pirapora. O financiamento é atualizado mensalmente pela TJLP + 1,90% a.a.

Para análise de sensibilidade do risco de variação da taxa de juros (TJLP), considerou-se o spread 1,90% a.a. fixo estipulado no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de setembro de 2019 para os cenários com variações do TJLP equivalentes a 25% e 50%, para mais e para menos.

O indexador aplicado no cenário provável corresponde a TJLP de 5,95% a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.09.2019 Nota 13	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	5,95%	7,96%	9,48%	10,99%
Liberado pelo BNDES	74.881	5.961	7.099	8.229

I-CVM 475	Saldo 30.09.2019 Nota 13	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	5,95%	7,96%	6,45%	4,93%
Liberado pelo BNDES	74.881	5.961	4.830	3.692

A.5) Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica "Financiamentos" está sendo considerado o fluxo de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa:

Notas Explicativas

Consolidado	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	6.119	-	-	-	-	6.119
Financiamentos....	2.514	7.544	10.058	30.174	61.187	111.477
Total	8.633	7.544	10.058	30.174	61.187	117.596

A.6) Risco de aceleração de dívida

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES que possui cláusulas de vencimento antecipado (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros e outros.

Os cálculos do índice de cobertura do serviço da dívida – ICSD e índice de capital próprio – ICP são realizados em bases anuais e estão apresentados nas demonstrações financeiras de 31/12/2018, divulgadas à CVM em 26/03/2019.

Periodicamente a Companhia realiza análises a fim de minimizar possíveis riscos inerentes a aceleração da dívida.

25.2 Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu a repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100, vide outras informações na Nota 6 letra (f), reduzindo sua exposição a esse risco.

25.3 Risco de preço

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG será ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período medição (60 meses).

Os preços de comercialização de energia elétrica da Controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.587, de 23 de julho de 2019, a ANEEL, publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período 1º de julho de 2019 a 30 junho de 2020.

Notas Explicativas



As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (d)	USO T (d)	AJI (e)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (d)	TFSEE (d)	P&D (d)	RAG
Henry Borden	131.339	156.445	10.679	31.218	3.745	14.192	(1.027)	1.247	3.501	351.339
Porto Góes...	4.159	4.051	253	579	-	-	-	34	91	9.167
Rasgão.....	3.479	2.948	224	486	-	-	-	27	72	7.236
	138.977	163.444	11.156	32.283	3.745	14.192	(1.027)	1.308	3.664	367.742

Fonte: REH 2.587/2019 Nota técnica nº 136/2019

Para identificação das referências relativas as alíneas a,b,c,d e e, vide Nota 24.3

A RAG (Receita de Anual de Geração) 2019/2020 trouxe o segundo reajuste da primeira revisão tarifária aplicada às concessionárias geradoras em regime de cotas, com a incorporação do adicional para investimentos em melhorias (GAG Melhorias) para as usinas sob gestão da Companhia. A GAG (Gestão de Ativos de Geração) melhorias, são recursos incorporados na RAG destinados à financiar a realização de melhorias nas usinas cotistas, com o objetivo de elevar os níveis de qualidade do serviço prestado

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 6,52% em relação à RAG anterior.

Reconhecimento da GAG melhorias como receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

As obrigações de desempenho associadas à GAG melhorias estão relacionadas aos investimentos em melhoria da infraestrutura. A Companhia entende que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo, em razão dos investimentos em melhorias não criarem um ativo com uso alternativo para a Companhia, por serem específicos às usinas da Companhia, e ao fato de a Companhia ter direito ao pagamento pelo investimento realizado até o momento, desde que realizados de forma prudente, uma vez que a RAG é recebida em bases mensais independentemente do investimento realizado.

Assim a receita relativa à GAG melhorias está sendo apropriada em bases mensais e os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta "Outras Obrigações – GAG melhorias", com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração da Companhia.

a) GAG O&M

A GAG O&M é a parcela da receita que a ANEEL, disponibiliza às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas pela gestão dos ativos de geração para remunerar os custos de operação e manutenção das usinas.

Notas Explicativas



b) GAG Melhorias

A GAG Melhorias é a parcela da receita que a ANEEL homologou, às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas, para fazer frente aos investimentos para melhoria e conservação realizados e pleiteados após 31/12/2012.

c) CAIMI

CAIMI é a parcela da receita destinada para gastos em aluguéis ou investimentos de bens de natureza não reversíveis tais como: bens administrativos, móveis, utensílios, veículos, etc.

d) Aji

Ajuste de Indisponibilidade é o componente da RAG que afere a qualidade do serviço prestado, além do Fator X que também pode ser utilizado para esse propósito. Os geradores são penalizados quando os limites de indisponibilidade são ultrapassados.

e) USO D, USO T, TFSEE e P&D

Correspondem ao repasse de custos com o uso do sistema de distribuição e transmissão e, também, de encargos regulatórios.

25.4 Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

25.5 Risco de alteração na legislação tributária

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

25.6 Risco relacionado à integridade do empreendimento

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos ("barragens") em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes a sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Eventos desta natureza causarão danos às edificações existentes à jusante, com risco de morte a seus habitantes e danos incalculáveis ao meio ambiente e à economia. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota

Notas Explicativas



procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015 que, em conexão com a referida Lei federal, estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança.

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associada aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta, em sua equipe, com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnicos em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classes de Risco:

- A- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa, necessariamente, casos risco imediato de ruptura.
- B- São barragens que apresentam categoria de risco ou dano potencial alto e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.
- C- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

Especificamente a respeito da Controlada, Pirapora Energia S.A informamos que de acordo com o Relatório de Classificação de Barragens – Ciclo 2018 Edição Abril 2019, o risco da Barragem Pirapora passou da Classe de Risco “A” para Classe “B”.

Quanto a classificação dos riscos da EMAE, vide página 5 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, divulgadas em 26/03/2019.

25.7. Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por ser tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a

Notas Explicativas



Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

Reintegração de área ocupada – Bota Fora 14

Os rejeitos do desassoreamento por dragagem do Canal Pinheiros são depositados em terrenos da EMAE, que recebem provisoriamente os materiais dragados. Tais terrenos são chamados de “Bota fora”.

A acumulação do material dragado é possível graças aos diques constituídos de aterro lançado ou compactado, que acompanham o perímetro de cada um dos terrenos (cavas) utilizados pelos bota foras.

A área que abrange o Bota Fora 14, localizada na confluência das Marginais Pinheiros e Tiete, composta por três cavas identificadas como A, B e C, com aproximadamente 280.000 m³ de material depositado, referente aos rejeitos do desassoreamento por dragagem do Canal Pinheiros, e circundada por diques de contenção em aterro lançado e compactado, encontra-se em condições instáveis, com risco potencial de escorregamento.

Essas instabilidades dos diques de contenção são ocasionadas pela invasão da área, em função da implantação de edificações precárias, que promoveram escavações nos taludes reduzindo suas seções, associada à ruptura de parte do talude de montante, principalmente no dique da cava B, existindo necessidade de ações corretivas.

As avaliações das áreas patrimoniais e técnica da EMAE, e manifestações da Defesa Civil Municipal, IPT, CETESB, que inspecionaram as áreas, e a Promotoria do Meio Ambiente, que registraram suas posições por meio de laudos ou outras manifestações, convergem em apontar que o local apresenta um risco potencial elevado de acidentes, seja por escorregamento ou pela presença de gás (incêndio ou explosão).

A EMAE ajuizou duas ações de reintegração de posse, inicialmente para a cava “C” (ano de 2012), posteriormente para as cavas “A” e “B” (ano de 2015).

Os processos, na 4^a Vara Civil do Fórum da Lapa, encontram-se juntados de manifestações técnicas de órgãos de reconhecidos, entre outros, IPT e CETESB, associados a posicionamentos da Defesa Civil Municipal e Procuradoria Estadual de Meio Ambiente.

Devido ao risco iminente de acidentes, a Defesa Civil do Município de São Paulo promoveu no dia 20 de fevereiro de 2019, uma ação de remoção das pessoas do local. Dessa forma, as cavas A e B foram desocupadas, cabendo à EMAE o desfazimento dos 129 barracos e o transporte de pessoas e bens.

Na sequência a Empresa iniciou a remoção e destinação dos resíduos resultante da ação, fechamento da área com o início da construção e alteamento de muro para proteção do imóvel e, também, a execução das correções necessárias dos aterros de contenção.

A EMAE está atuando, intensamente, junto às autoridades do Município de São Paulo para a promoção da desocupação da cava C.

25.8 Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os

Notas Explicativas

direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, em conexão com seu Estatuto Social, Contrato de Concessão e Legislação vigentes, a EMAE realiza, na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

25.9. Risco na operação e manutenção das balsas – Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório, opera e mantém, gratuitamente, travessias, por meio de balsas, em três pontos do reservatório Billings, transportando grande número de pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações.

26 COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

A Companhia celebrou com a União, em 04 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

b) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

**27 ALTERAÇÕES NÃO CAIXA**

Durante o período findo em 30 de setembro de 2019, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			
	31.12.18	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	30.09.19
Arrendamento UTP.....	(414.013)	46.941	(37.268)	(404.340)
Ativo financeiro indenizável.....	(75.776)	(13.746)	2.393	(87.129)
Investimentos.....	(94.357)	11.521	(13.981)	(96.817)
Imobilizado.....	(70.495)	(3.493)	1.565	(72.423)
Intangível.....	(2.462)	(32)	(356)	(2.850)

	Consolidado			
	31.12.18	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	30.09.19
Arrendamento UTP.....	(414.013)	46.941	(37.268)	(404.340)
Ativo financeiro indenizável.....	(75.776)	(13.746)	2.393	(87.129)
Imobilizado.....	(222.987)	(4.083)	4.984	(222.086)
Intangível.....	(2.462)	(33)	(722)	(3.217)
Financiamentos.....	79.743	(9.556)	4.694	74.881

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. - EMAE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21(R4) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Enfatizamos que nossas conclusões não prescindem do que constam nas notas explicativas que acompanham as informações trimestrais.

Ênfase

Ativo reversível da concessão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10, de que os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo – Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil, referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela Companhia com base no valor residual. O referido montante ainda está em processo de homologação e será definido após fiscalização e determinação do “Valor Novo de Reposição - VNR” pela ANEEL. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes aos períodos anteriores

O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentado para fins de comparabilidade, foi anteriormente auditado por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de março de 2019, com opinião sem modificação sobre as demonstrações contábeis.

As demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2018, apresentadas para fins de comparabilidade, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de Outubro de 2018, com conclusão sem modificação.

São Paulo, 25 de outubro de 2019.

AUGE CONTADORES S/S

CRC RS 3717 S SP

PAULO FERNANDO MOREIRA

Contador CRC RS 12085 T SP

CNAI N° 1008

Sócio – Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Aude Contadores S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2019.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2019; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Aude Contadores S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de setembro de 2019.